



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Vera Lúcia Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP.

veralucia.historia@hotmail.com

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS EM REDE: Articulações, espaços de luta e projeto político, no litoral oeste cearense, nos anos 1980 e 1990.

RESUMO

Este artigo discorre sobre as articulações do Serviço de Promoção Humana (SPH) junto as associações comunitárias de Camocim, no Ceará, que resultaram na criação de uma série de encontros de entidades comunitárias. O que uniu diversas organizações sociais em torno desses encontros foi a luta por melhores condições de vida e de trabalho num período em que o discurso de “participação social” havia sido incorporado pelos “governos das mudanças”.

Palavras-chave: organizações sociais; “participação social”. “governos das mudanças”.

ABSTRACT

This article discusses the articulations of the Human Promotion Service (SPH) with the community associations in Camocim, Ceará, which led to the creation of a series of meetings among community entities. What united several social organizations around these meetings was the struggle for better living and working conditions at a time when the discourse of "social participation" had been incorporated by the "governments of change."

Keywords: social organizations; "social participation"; "governments of change".o texto, sobretudo o assunto, os objetivos, os resultados e a conclusão.

1. Organizações sociais: espaços de resistência e submissão?

Nos anos 1960, a função das organizações sociais ligadas à Igreja Católica ganhou outras dimensões. Sua atuação nos municípios de Camocim, Granja e Barroquinha, no litoral oeste cearense – espaço que abrange esse artigo –, foi além de práticas assistencialista ou de cunho moral, conforme uma nova missão de Igreja foi se desenhando, marcada pelas exigências da conjuntura social, econômica e política em que viviam seus leigos e pelas discussões do Concílio Vaticano II (11 de outubro de 1962 a 8 de dezembro de 1965).

Ao incentivar a transformação da realidade social, a preocupação dessas organizações voltava-se para questões de maior amplitude, que iam desde o problema da terra, da formação social aos meios de melhorar a renda dos trabalhadores. Dessa maneira, mesmo limitados pelos contornos de uma articulação sem confronto direto com os poderes instituídos, em Camocim, Granja e Barroquinha, o trabalho dos movimentos religiosos foi importante no despertar da luta coletiva, de um sentimento comunitário e, conseqüentemente, no processo de formação de associações de moradores nos anos 1980 e 1990. Constituir uma associação era pré-requisito para pleitear áreas de assentamentos e de projetos de geração de trabalho e renda, dentro do viés de participação social definido nas políticas públicas dos “governos das mudanças”¹ no Ceará.

Naquele momento, é possível identificar, de modo sintético, duas concepções antagônicas de participação social. Para Tasso Jereissati, então governador do Estado do Ceará, e sua equipe administrativa – que tinha uma parte significativa constituída pelos demais empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC) –, conforme análise da socióloga Maria Cristina de Queiroz Nobre, “[...] a participação implicava alguns espaços em que se podia compartilhar o planejamento de ações administrativas, mas não as grandes linhas das políticas pertinentes a esses governos, cuja responsabilidade seria do seu núcleo central”

¹ Período que corresponde aos governos de Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002) e de Ciro Gomes (1991-1994). Acerca dos “governos das mudanças” no Ceará, ler as teses de Silva, 2020 e Nobre, 2008.

(2008, p. 136). Para os distintos setores da classe média, dos segmentos intelectuais e artísticos, bem como dos partidos e dos movimentos sociais de inspiração de esquerda, significava a construção de um governo baseado no diálogo com a sociedade e que levasse em consideração as pautas por eles apresentadas com o fim de desenvolver políticas públicas.

Nos anos 1980 e com a luta de diversas organizações sociais para o fim da ditadura militar, a classe dominante no Brasil, representada aqui pela figura do governador Tasso Jereissati, incorporou palavras e termos oriundos das esquerdas, como “participação”, “democracia”, “igualdade”, para ocultar e legitimar os interesses do projeto neoliberal², esvaziando-os de significado e dotando-os de outra funcionalidade. Neste sentido, de acordo com a discussão do assistente social uruguaio, radicado no Brasil, Carlos Montaña:

[...] o termo “participação” é empregado para dar conta de ações de autorresponsabilização, desarticulada, de sujeitos isolados que visam a conquista de anseios e a solução de problemas, de forma controlada, institucionalizada e/ou funcional com a manutenção da ordem, do *status quo*, e da desresponsabilização do Estado e a desoneração do capital, significando até um retrocesso na emancipação política (perda de direitos, de garantias, de respostas estatais já conquistadas). (Montaña, 2014, p. 100).

A participação da sociedade seria, assim, intermediada, no primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1990), pela Secretaria de Ação Social (SAS), através dos programas: “agentes de mudança”, creches comunitárias, ações permanentes de combate à seca e agentes de saúde (Barreira, 2002, p. 75). Neste caso, a responsabilidade pelo gerenciamento – o que remete à ideia de que o Estado deveria funcionar como uma empresa – e pelo implemento das várias fases dos projetos era transferida para as entidades comunitárias, porém, as demandas sociais restringiam-se às finalidades contidas em cada programa.

Neste artigo, trataremos da experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH)³ na articulação dos Encontros de Entidades Comunitárias de Camocim

² Para uma análise mais profunda desse projeto, veja Carlos Montaña, 2010, p. 25-26.

³ Associação fundada em 06 de maio de 1962 pelo então padre Luís Gonzaga Melo, com base nos valores de uma Igreja mais preocupada com as questões sociais de seu tempo. O SPH desenvolveu diversas atividades, inicialmente junta às famílias de pescadores e prostitutas, para enfrentar problemas relacionados ao analfabetismo, à moradia, à falta de alimentos e de assistência básica à saúde, no bairro São Pedro. Ampliou suas atividades no campo educacional com a transformação das salas de aula em espaços improvisados e com turmas multisseriadas em 2 escolas – Escola Pedro Apóstolo (EPA), no bairro São Pedro, em 1968, e Escola de Promoção Humana (EPH), que reuniu as turmas dos bairros São Francisco e Coqueiros, em

(ENECOMs) e de outras cidades vizinhas, durante boa parte dos “governos das mudanças”. Essa instituição tinha como uma de suas bandeiras o incentivo aos valores comunitários, na perspectiva de unir moradores para lutar por uma demanda comum: melhorias nas condições de vida das famílias de determinada área geográfica. Assim, estimulou parte de suas equipes de trabalho a se transformarem em entidades. São exemplos disso (Silva, 2015, p. 97) a equipe “Nosso Lar”, que desenvolvia, inicialmente, com prostitutas, cursos de alfabetização, oficinas de corte e costura e artesanato; a União Feminina de Assistência à Natalidade e ao Ancião (UFANA), responsável pelos Clubes de Mães e assistência aos idosos abandonados; e o Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), que deu origem à Associação dos Moradores Rurais do Sítio Tamboril⁴.

Nesse período, porém, outras associações seriam criadas por intermédio de vereadores para atender às suas demandas através de projetos elaborados pelo governo estadual. O diálogo com os participantes dos Encontros de entidades comunitárias de Camocim (ENECOMs) sugere que a diferença entre aquelas e estas era o nível de dependência a determinados grupos políticos, uma vez que um vereador ou alguém de sua confiança criava uma associação para determinada localidade e aprovava um projeto que seria dirigido por ela, mas, em troca, seus membros e familiares deveriam assumir o compromisso de apoiá-lo, por meio do voto, nas eleições. Um trecho da entrevista com um dos principais articuladores do ENECOM, presidente do SPH, à época, e atualmente professor aposentado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Benedito Genésio Ferreira, explicita melhor a relação entre o governo e as associações:

Vera Lúcia – [...] pela documentação... sobre os encontros é possível perceber o anseio das entidades, associações e movimentos envolvidos pela conquista de projetos, né, pela aprovação. Tais

1969 – e a criação de suas novas escolas, uma no Sítio Tamboril, em 1970, chamada de Escola 21 de Abril, e outra no bairro do Cruzeiro, em 1973, denominada Escola Dona Marieta Cals (EMC). (Silva, 2015, p. 100; 103 e 225). Para melhor detalhamento sobre a atuação do SPH, recomendo a leitura na íntegra dessa dissertação.

⁴ Este relatório, com base nas informações da agenda pessoal de Ferreira (2000), foi entregue, por ocasião do 18º ENECOM Geral e da XII Assembleia Geral de Delegados (AGD), realizados na Escola de Promoção Humana (EPH), nos dias 29-30 de janeiro de 2000, a cada coordenador zonal, à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Federação de Entidades Comunitárias de Coreaú (FEECC) e ao articulador do Congresso de Entidades Comunitárias do Vale do Coreaú (CONECOMVALE) em Granja, Raimundo Pereira Filho, conhecido como vereador Garapão.

projetos eram financiados pelo governo? Condiziam com a realidade local dessas organizações? [...]

Benedito – É... Ficava claro para nós que aqueles projetos eram uma, uma artimanha... para que o governo nos tivesse ao seu lado, né. [...] desarticular as nossas reivindicações, fazer que nós esquecêssemos a nossa real situação. Então, esses projetos eram projetos feito de gabinete, né. Vinham prontos. Existia até fábrica de estatuto de associação, né. Nós descobrimos uma vez... uma série de associações que foram fundadas no mesmo dia, né. E os estatutos eram totalmente idênticos em tudo, apenas mudava o nome da localidade etc. Então, a gente via que existia um laboratório, fora das associações, que produzia esses estatutos, fazia um projeto que não condizia com a realidade, né, não condizia com a realidade e nem o governo tinha condições, tinha pessoal preparado, disposto, né, de arregaçar as mangas e trabalhar junto com o povo, né... Entrega, “Tá, aí”, é como diz, “tá, aí, te vira, né, contanto que tu estejas ao meu lado e não cries, não cries problema para mim”, né. Quer dizer, era uma maneira de uma alienação, de uma compra, né, da consciência do pessoal através desses projetos e, infelizmente, isso foi endossado por muitas associações, né (Ferreira, 2016).

A partir dessa fala, percebe-se aqui que a participação nas políticas sociais no segundo mandato (1995-1998) de Jereissati não se diferenciava muito de seu primeiro governo. Reforça-se um tipo de inclusão, limitado à participação em projetos formulados pelos órgãos do Estado, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), que, por sua vez, só seria conquistado mediante uma instituição formalizada nos termos da burocracia estatal, sem levar em consideração as especificidades de cada associação e peculiaridades dos locais onde atuavam. Nesse sentido, além de não responder aos problemas da população, os projetos, embora contribuíssem com a renda das famílias, tinham, vale reforçar, o propósito de enfraquecer as reivindicações, as lutas por mudanças mais profundas na estrutura fundiária, as formas de manifestação contrários ao governo e de efetiva participação, como fica evidente na fala do professor Benedito Genésio e na análise da documentação e historiografia produzida sobre o governo de Tasso Jereissati⁵.

Para isso, não importava se as associações existissem só no papel e, na prática, não desenvolvessem nenhuma atividade fora as que constavam no plano dos projetos recebidos. É oportuno lembrar também, indo em direção à fala de Benedito Genésio Ferreira acima, a ironia que o trecho da entrevista com o agricultor e militante Simião Brandão de Souza faz do Projeto São José,

⁵ Nobre, 2008; Braga; Barreira, 1991.

quando afirma que este “[...] era tão bom que dava trator, dava trator pra uma comunidade que não tinha comunidade” (Souza, 2019), numa referência ao fato de que a fundação de associações naquele período poderia servir tão somente à aprovação de algum recurso e que este era direcionada às famílias que se dispunham a apoiar o grupo político hegemônico⁶.

Outro elemento que contribuía para a formação de associações, sob a intermediação de políticos, com função restrita à aprovação de projetos, era a falta de conhecimento de grande parte da população acerca da burocracia que tratava de sua legalização: normas para elaborar estatutos e atas, registro em cartório, declaração de imposto de renda, por exemplo. É importante ressaltar ainda que, em muitas localidades dessa região do Estado, as opções de trabalho se limitavam à agricultura de subsistência, à pesca, ao comércio, ao turismo e ao setor público municipal e estadual. Isso justifica, de certo modo, a recorrência de solicitação de projetos de criação de animais e aves, de construção de casa de farinha, de beneficiamento da mandioca, de irrigação, para compra de trator, citando alguns deles, como uma necessidade para o complemento da renda das famílias, principalmente entre as de agricultores e pescadores, conforme indicam os relatórios de atividades dos primeiros ENECOMs⁷.

Porém, a aceitação do que estava determinado nesses projetos não foi uma unanimidade entre todas as famílias que foram contempladas com recursos estatais e/ou vindos de instituições internacionais, como o Banco Mundial. E mesmo entre aquelas que se alinharam ao programa do governo, houve momentos de indignação. O fato de ter que se ajustar à situação política vigente, somado à insatisfação com os resultados dos projetos que, na maioria dos casos, não resolviam os problemas das comunidades, seja pela má administração dos recursos, pela inadequação à realidade local ou por sua

⁶ Hegemônico, aqui, é entendido na acepção de Raymond Williams, como uma relação constituída por complexa combinação de forças políticas, sociais, econômicas e culturais. Em suas palavras, “[...] todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida.” (Williams, 1979, 113). Pois, como se verá mais adiante, em Camocim, a influência das famílias Rocha Aguiar e Veras Coelho não se deu apenas através do veio político, também atingiu o âmbito social, ao tentar interferir no modo de organização dos trabalhadores; o econômico, ao determinar, por meio da atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), o que seria produzido; e o cultural, ao enraizarem práticas como a troca de favores eleitoreiros nos sindicatos, nas associações, nas igrejas, entre outros espaços.

⁷ Disponíveis para pesquisa no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), laboratório de estudos e pesquisas do Curso de Graduação em História da UVA, localizado no Centro de Ciências Humanas (CCH), à Av. John Sanford, n. 1845, Junco, na cidade de Sobral-CE.

descontinuidade, levou membros de diversas organizações sociais a buscarem outras alternativas para manterem suas associações e elaborarem projetos que contemplassem suas reais necessidades, sem dependerem da intermediação político-partidária.

Constituir-se-ia, assim, um dos primeiros modos de resistência, em Camocim e Barroquinha, a um projeto de sociedade em curso que vinha tentando, por meio dessas políticas públicas, evitar a eclosão de manifestações diante do aumento da degradação das condições de vida e de trabalho de maior parte da população, é válido destacar, com a supressão de direitos, privatização de instituições públicas e o crescimento da má distribuição de renda e de terra que a política administrativa e de ajuste fiscal de Tasso Jereissati havia proporcionado. Nesse sentido, compartilho da abordagem da historiadora Maria do Rosário da Cunha Peixoto, que me leva a “pensar o universo cultural da classe trabalhadora como um campo de lutas, no qual atuam forças múltiplas que colocam em constante estado de tensão anseios de liberdade e de opressão, práticas de resistência e de submissão” (2013, p. 13). É sobre tais práticas que compõem o mesmo movimento histórico que me proponho a discutir nas linhas que se seguem.

2. Práticas de resistência e submissão

O SPH, iniciando uma nova fase de atuação no município de Camocim, em 1993, tinha como um de seus propósitos construir uma rede de apoio entre associações, instituições, sindicatos e grupos engajados na luta pela garantia de direitos sociais para estudar e planejar atividades coletivas que pudessem melhorar as condições de vida das famílias de agricultores, pescadores e servidores públicos⁸ e instigassem sua autonomia em relação às famílias

⁸ Além de compor a secretaria executiva dos ENECOMs e participar de seus planejamentos e articulação junto a outras entidades, nessa nova fase, o SPH atuava também em outras três frentes de trabalho, nos conselhos municipais, contribuindo para a criação do Conselho da Criança e do Adolescente de Camocim e como membro do Conselho de Saúde e do Conselho de Assistência Social; na EPH – fundada em 1969 para agregar as escolas isoladas dos bairros São Francisco e Coqueiros –, reativando suas atividades com a formação de turmas de alfabetização infantil e de adultos e do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I; e na comunicação social, com a criação de uma rádio comunitária em 21 de fevereiro de 1997. Ler: Silva, 2015, p. 54.

políticas locais, Rocha Aguiar e Veras Coelho, que desde os anos 1950 revezavam-se no poder naquele município⁹.

Nessa direção, essa associação participaria, em 1994, de uma série de encontros de integração entre a Pró-Ex da UVA, a Fundação de Ação Social (FAS) do Estado do Ceará, Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador (CEAT)¹⁰, Cáritas/Sobral, Fundação Cultural, Educacional e Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e associações de moradores que representavam dez diferentes municípios do Norte cearense, promovido pelo Núcleo de Educação Popular (NEP)¹¹ da UVA, na cidade de Sobral-CE. Esses encontros tiveram como eixos norteadores (Ferreira, 1996) a organização de entidades do movimento social, discussão e elaboração de projetos que aumentassem a oferta de emprego e a geração de renda.

No final daquele ano, seguindo uma das indicações do encerramento dos encontros de que as associações participantes deveriam dar continuidade aos debates em seu *lócus* de atuação, o SPH preparou, junto a representantes da UVA e do CEAT, o primeiro encontro das organizações sociais de Camocim. Também participaram dessa articulação entidades do município de Barroquinha.

No primeiro momento, o SPH fez um levantamento nominal de cerca de 40 entidades (Ferreira, 1996), especificadas como associações comunitárias, de moradores, de pequenos produtores, conselhos e outros grupos sociais¹²; em seguida, enviou uma circular, em 3 de dezembro de 1994, convidando-as para o encontro, como foi possível constatar por meio do anexo 3 do relatório de

⁹ Essas famílias constituíam dois grupos políticos denominados de “Cara Preta”, sob a liderança de Murilo Rocha Aguiar, do Partido Social Democrático (PSD), e “Fundo Mole”, liderado por Alfredo Coelho, da União Democrática Nacional (UDN). Embora hoje essas alcunhas não sejam usadas com a mesma força das décadas anteriores, essas famílias permanecem atuando na política, ora como aliadas, o que sinaliza para as tensões, os conflitos, as alianças e as mudanças engendradas nas práticas econômicas, sociais e políticas da cidade. Para compreender melhor a complexa relação entre os Aguiar e Coelho, ler Nascimento, 2009 e Santos, 2013.

¹⁰ Nessa época, o CEAT desenvolvia um trabalho social na defesa dos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra e com a formação de agricultores para atuarem como advogados populares. (Vasconcelos, 2017).

¹¹ O NEP, naquele período, desenvolvia, através da Pró-reitoria de Extensão, um trabalho com a população não acadêmica, que tinha a preocupação em aproximar universidade e sociedade a partir do diálogo com os movimentos sociais.

¹² Destas compareceram 41 pessoas, representando 21 instituições (Ferreira, 1996). Esse levantamento (Ferreira; Fonteles, 1994, p.3; 10-11) foi feito a partir de um formulário, intitulado “Cadastro dos participantes”, elaborado nas discussões preparatórias para o encontro entre Benedito Genésio Ferreira, José Osmar Fonteles e Manoel Zenóbio de Vasconcelos e do técnico-advogado Antônio Lourenço Tomás Arcanjo (ambos do CEAT).

atividades. Tais entidades eram compostas, em parte, por aquelas associações formadas no interior da militância do Movimento de Educação de Base (MEB), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do SPH, no litoral oeste do Ceará, e outra, por aquelas que nasceram, sob a intermediação política, do interesse de receber projetos de geração de trabalho e renda.

Contando com o planejamento e a articulação do presidente do SPH, Benedito Genésio Ferreira, que à época era também pró-reitor da Extensão da UVA; do professor e pró-reitor adjunto José Osmar Fonteles; do técnico-advogado Antônio Lourenço Tomás Arcanjo e do coordenador geral do CEAT, Manoel Zenóbio de Vasconcelos, foi realizado em 17 de dezembro de 1994, na sede do Centro Social Urbano (CSU) de Camocim, o primeiro encontro, que viria a ser denominado pelos participantes de Encontro de Entidades Comunitárias de Camocim (ENECOM), embora incluíssem também associações de Barroquinha e, mais tarde, de Jijoca de Jericoacoara e Granja. O objetivo (Ferreira, 1996. p. 3), seguindo a mesma linha dos encontros de integração, conforme expresso em seu relatório, era conhecer de forma mais aprofundada as associações, comunidades e grupos de trabalho que existiam no município, suas atividades e projetos para o futuro e discutir o que poderiam fazer em conjunto.

Os autores do relatório de atividades do encontro, Benedito Genésio Ferreira e José Osmar Fonteles, concluíam com a esperança de que, citando suas palavras, “[...] ainda é possível sonhar com uma sociedade onde haja menos excluídos, em que a apartação social seja diminuída, os projetos populares sejam contemplados, com reais possibilidades de melhoria no nível de vida de todas as pessoas.” (*Idem*, p.9). Desigualdade e falta de acesso aos direitos sociais marcavam a realidade dos representantes de entidades presentes no encontro, mas havia, entre eles, a esperança e o desejo de mudar essa realidade. Com essa perspectiva, esses sujeitos decidiram pela continuidade do encontro.

A pesquisa na documentação sobre as atividades do ENECOM – composta por relatórios de atividades, circulares, fichas de inscrição, listas de presença dos encontros, materiais de apoio às discussões dos temas, entre outros – e, mais tarde, também da Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM) – estatuto, atas, ofícios – e as 20 entrevistas orais que

realizei com alguns dos trabalhadores possibilitaram constatar que os articuladores do primeiro encontro não partiram com um plano pronto do que viria a ser cada um deles no transcorrer de 1995-2002. Sua continuidade, temáticas, objetivos, metodologias, contatos com outras associações, estrutura organizativa e atividades foram sendo discutidos e construídos, paulatinamente, com base nas necessidades das organizações envolvidas, ao passo que eles iam acontecendo. Desse modo, definiram um segundo encontro (Silva; Silva 1995, p. 3) para dar seguimento ao processo de integração entre as entidades comunitárias de Camocim e outros municípios, aprofundando as discussões na perspectiva de elaborar um projeto de políticas sociais, bem como formar uma equipe de articulação interna, assessores externos e criar um calendário de atividades para o ano de 1995, como cursos, encontros etc.

No esboço desse projeto foi registrado como problema comum a questão do acesso à terra, à pesca, à educação, à comunicação e ao transporte. Nessa direção, trazia como finalidade melhorar as condições de vida dos associados; organizar-se e formar cidadãos conscientes na luta pela realização do primeiro objetivo, dentro de uma filosofia de fraternidade, solidariedade, objetivos comuns, de desenvolvimento regional, levando em conta as diferenças entre as demandas da zona rural e urbana dos municípios contemplados. Propunha, assim, inicialmente, o projeto de políticas sociais daquelas associações, instituições e grupos ali reunidos, (*Idem*, p. 11) gerar emprego e renda; organizar grupos produtivos (artesanato, confecções, carpintaria etc.); realizar cursos; fazer esclarecimentos sobre a organização interna de entidades, das leis que dizem respeito aos direitos e deveres do cidadão.

Nesse segundo momento, os participantes também definiram uma organização estrutural para os encontros, que passaram a ser considerados um coletivo informal, em que se reuniam entidades comunitárias, representativas de moradores da zona urbana e rural de Camocim e Barroquinha. A Assembleia Geral, por exemplo, que era escolhida pela plenária como o órgão máximo de decisão e com poderes para resolver todos os assuntos de interesse do coletivo informal, era composta por representantes de associações de moradores e comunitárias, de Camocim e Barroquinha. A rede de contatos entre as organizações sociais de cada município foi se constituindo a partir de ofícios,

convites/convocatórias, circulares, folders, de recados na rádio, de avisos nas reuniões de grupos religiosos e nas celebrações religiosas.

O trabalho de mobilização entre as associações ou a articulação interna, assim denominada pelos participantes, era feito, nessa proposta inicial (Silva; Silva, 1995, p. 13-14), por meio da Associação Nossa Senhora das Graças de Amarelas (ANSGRA)¹³, escolhida como responsável pela parte ocidental, à margem esquerda do rio Coreaú, na zona rural; da Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), que articulava a parte oriental, à direita do mesmo rio, também na zona rural; do CSU, que ficou encarregado pelo contato com as entidades no perímetro urbano da cidade de Camocim; da PJMP, indicada para mobilizar a juventude; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Camocim, representando os trabalhadores do campo, que formavam a maioria dos encontristas, e do SPH, que organizou esses dois primeiros encontros e foi eleito para coordenação de todas as entidades articuladoras.

Os participantes também constituíram, nesse primeiro momento, uma assessoria externa, responsável pela articulação do ENECOM com organizações fora de sua área de atuação, composta pelo CEAT, UVA, através de sua Pró-reitoria de Extensão (Pró-Ex), ambos de Sobral, pelo departamento do MEB, da Diocese de Tianguá, e FAS, do governo do Ceará, em Fortaleza. Além de receber a contribuição do CEPEMA, durante o 11º encontro, na discussão sobre “Terra: propriedade, uso e conservação” e no dia de campo, em Sobral, acerca de manejos e práticas ecológicas no desenvolvimento das atividades agrícolas nas pequenas propriedades; do Conselhão de Santana do Acaraú, no 30º encontro geral, que abordou o tema “Participação popular e administração pública”, apresentando sua experiência de articulação e trabalho conjunto entre as organizações sociais daquele município e o poder público.

O apoio do CEAT, UVA, MEB/Tianguá se deu através da participação de técnicos, professores, estagiários, advogados e líderes comunitários nos cursos de estudo e formação em organização interna de entidades comunitárias e na

¹³ Posteriormente, a ANSGRA solicitou afastamento da articulação interna, por meio do ofício n. 19/95 de 23 de junho de 1995, conforme informa SILVA (1998, p. 87). Era uma associação, segundo a fala de Benedito Genésio Ferreira (2018), na entrevista de 05 de agosto de 2018, muito influenciada por políticos da região e não conseguiu acompanhar o ritmo das atividades dos ENECOMs que defendiam a autonomia das entidades e instituições em relação às práticas políticas da região.

discussão das temáticas dos encontros. Da UVA, somou-se a colaboração com cópias de textos usados nas discussões dos temas, reprodução dos relatórios, ofícios e folders, materiais como papéis ofícios, cartolinas para confecção de pastas e cartazes, pastas com elásticos, lápis com borracha, fita gomada, além de transporte para os assessores dos encontros.¹⁴

Destaco ainda a presença da FAS, entre as instituições que compunham a assessoria externa, fundação a qual estava vinculada à Secretaria de Ação Social (SAS), responsável por coordenar todas as ações do governo na área social. A SAS (CEARÁ) passou a ser denominada de Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS) através da Lei n. 11.809, de 22 de maio de 1991, acrescentando à sua função gerar oportunidades de emprego e renda para todos. Sua participação nos ENECOMs deu-se por meio da contribuição de seus técnicos nos cursos de organização interna de associações, influenciando na formulação das quatro colunas ou pilastras que comporiam sua logomarca: “participação, articulação, organização e visão crítica da realidade ou conscientização”.

Ao contrário do que se poderia esperar, o trabalho de um dos técnicos da FAS e com cargo comissionado, desenvolvido junto ao ENECOM, aparece nesse trecho da entrevista com Benedito Genésio Ferreira como crítico em relação ao programa do governo em exercício:

Vera Lúcia – Você tem conhecimento de que algumas pessoas convidadas para ministrar ou orientar os temas dos encontros eram agentes do governo?

Benedito – Nós tivemos, né, logo no começo, um agente do governo que, felizmente, era um agente muito conscientizado. Ele fazia pesadas críticas ao governo, né. E foi, foi ele que, exatamente... é... colocou pra nós aquelas quatro pilastras, né, do movimento. Tudo girou em torno disso, né [...] (Ferreira, 2016).

Porém, a atuação desse técnico não excluía a intenção dos órgãos oficiais, exposta acima, de ter o controle das organizações sociais por meio da participação de servidores públicos nos trabalhos das associações comunitárias e dos projetos de geração de renda. Ela demonstra, por outro lado, que havia

¹⁴ Como evidenciam os ofícios de Benedito Genésio Ferreira, que à época exercia o cargo de Pró-reitor de extensão da UVA, ao reitor dessa universidade, como por exemplo: Ofício 308/95 ao Reitor da UVA, Sobral-CE, 14 de dezembro de 1995 (Ferreira, 1995); Ofício 010/96 (Ferreira, 1996); Ofício 98/96 (Ferreira, 1996).

resistências dentro dos próprios agentes responsáveis por acompanhar o trabalho das associações. O fato dos trabalhadores reclamarem no 7º encontro da falta (Linhares, 1995, p. 5) de continuidade do apoio da FAS nos ENECOMs parece indicativo de que os objetivos destes não vinham se alinhando às políticas sociais projetadas pelo governo.

Durante o 3º ENECOM, realizado nos dias 07 e 08 de abril de 1995, com o tema “Organização interna de entidades comunitárias”, o técnico em educação e diretor do DAC/FAS José Demontiê da Silva apresentou as quatro pilstras ou coluna de sustentação de uma entidade comunidade, citadas acima. Embora Benedito Genésio Ferreira não cite o nome desse técnico no transcorrer de toda a entrevista, foi possível identificá-lo no relatório de atividades daquele encontro. O sentido de cada palavra seria amplamente debatido e divulgado entre os participantes (em ofícios, folhetos e folders), sendo reforçado em encontros futuros, nos cursos de formação e no processo de fundação e consolidação da FENECOM. A seguir trago a definição dessas colunas exposta pelo técnico, conforme ficou registrado no relatório do evento:

Organização – A organização é o segredo para o sucesso de qualquer empreendimento humano, sobretudo para os movimentos comunitários, manifestando-se na capacidade de discutir, planejar, programar, executar, acompanhar e avaliar suas atividades.

Articulação – A organização interna de uma Associação Comunitária tende a se desenvolver e adquirir forças à medida que se relaciona e se une a outras Entidades/Instituições. Os problemas mais abrangentes ultrapassam as capacidades de uma Associação [...] que passam pelos mesmos problemas, quer a nível municipal, quer a nível estadual ou nacional ou até mesmo mundial.

Participação – Para que uma Associação Comunitária se organize internamente e se articule externamente com suas co-irmãs é necessário que se crie e se desenvolva um espaço de práticas democráticas internas, onde os associados se envolvam participativamente no próprio processo de tomada de decisão (diagnóstico, análise, discussão, planejamento, execução e avaliação) diante dos desafios enfrentados.

Consciência crítica da realidade – Os três pilares anteriores: organização, articulação e participação surgem de um incipiente despertar da comunidade para o real estado de coisas que a envolve para um aprofundamento e compreensão da Sociedade em que atuamos, trabalhamos e vivemos, onde o Capital, o lucro são colocados acima dos interesses e das necessidades humana, em detrimento da pessoa humana e de seu trabalho (Ferreira, 1995, grifos do original).

Essa descrição, comum a dinâmica dos movimentos sociais, aponta divergências com o plano de governo, ao incitar a participação das pessoas na

tomada de decisões, uma vez que, a proposta estatal não incluía a participação do povo na “análise, discussão, planejamento e avaliação” dos projetos encaminhados à determinada associação e em outras esferas da administração pública. Vale recordar, os projetos vinham prontos, como numa empresa, e o papel das entidades comunitárias se restringia à função de executoras, na maioria das vezes sem acompanhamento e assessoria. Ao falar da tomada de consciência da situação em que se vivia, explicitando que os interesses do sistema econômico vigente são colocados acima das necessidades humanas, sinaliza para a importância de se construir um projeto de sociedade diferente daquele em curso durante os “governos das mudanças”.

Posterior ao 3º encontro, Benedito Genésio Ferreira elaborou um folheto, intitulado de “As colunas de sustentação da vida comunitária”, contendo a definição apresentada pelo técnico e acrescentando o seguinte trecho:

“O desafio da vida comunitária encontra-se na correlação de forças das 4 colunas de construção e sustentação do edifício social da convivência humana em que a pessoa é o Sujeito construtor e destinatário dos frutos de seu trabalho em comunhão com seus semelhantes” (Ferreira, 1995).

É nesta direção que se efetivaria os trabalhos do ENECOM, numa tentativa de criar, junto aos representantes de associações, instituições e outras organizações, condições para que pudessem resolver os problemas que vivenciavam por meio da articulação com outros trabalhadores que enfrentavam situações similares.

No primeiro ano de atividades do coletivo, todos os encontros foram realizados na cidade de Camocim, durante os finais de semana. Contudo, os participantes das localidades rurais vinham apresentando sugestões para que os encontros ocorressem também em outros espaços, pois a distância entre elas e a cidade, bem como a falta de transporte, de espaço para receber todos os membros, de recursos para alimentação e de hospedagem impossibilitavam que um número maior de trabalhadores participasse deles.

Essas dificuldades, acrescidas do anseio de que os encontros atendessem questões mais pontuais, ou seja, relacionadas às demandas das comunidades das diferentes regiões em que atuavam e com um viés mais participativo, implicaram na decisão coletiva, durante o 7º encontro, de descentralizar suas atividades e realizá-las também nas localidades da zona

rural. No encontro seguinte, datado de 3 de fevereiro de 1996, os participantes agruparam sua área de abrangência em seis zonais, a saber: Zonal Tatajuba, que incluía também a localidade de Mangue Seco, do município de Jijoca de Jericoacoara; Zonal Maceió, Zonal Jacarandá; Zonal Pajeú, no município de Barroquinha; Zonal da Cidade/Centro, com sede no CSU, e Zonal da Cidade/Bairros, sediado no bairro Boa Esperança.

Com essa ideia de descentralização, durante o ano de 1996, foram realizados encontros do zonal rural Tatajuba, no Colégio Polo Educacional da localidade de Pedra Branca (13-14/04); do zonal rural Maceió, na Casa de Farinha Comunitária de Flamengo do Rosário (04-05/05); do zonal rural Jacarandá, na sede do NPT, no Sítio Tamboril (15-16/06); do zonal Urbano-Bairros, no Colégio Francisco Ottoni Coelho, no bairro da Boa Esperança (19-20/10); do zonal rural Pajeú, na sede da Associação Comunitária dos Moradores do Pajeú (ASCOMP AJ), em Barroquinha (16-17/11), além de três do zonal Urbano-Centro, na sede do CSU, em Camocim (03/02; 17-18/08 e 14-15/12).

A descentralização resultou numa nova organização do coletivo. Cada zonal era formado por todas as entidades dos lugares circunvizinhos àquela localidade do campo ou ao bairro que o nomeava. E era coordenado, geralmente, pela associação do lugar que também o denominava. Posteriormente, a maioria dos zonais que existiam em 03 de fevereiro de 1996 sofreu alterações: o de Tatajuba foi incorporado ao de Guriú, quando este foi criado; o de Pajeú, em Barroquinha, foi dividido em Zonal Pajeú/Praia e Zonal Lagoa do Mato/Sertão e os dois da cidade de Camocim foram unificados em Zonal Camocim-Sede.

O Zonal Camocim-Sede do ENECOM e da federação era formado não apenas por associações da parte urbanizada do município, incluía também localidades rurais: Lago Seco, Kms e Sítio São Mateus. Do total de 16 bairros de Camocim, na época, em 9 deles havia entidades que participavam dos encontros. Já na parte rural, o zonal Jacarandá incluía também a Associação Comunitária do Assentamento Jaguarapuaba, do município de Granja, na fronteira com o de Camocim; e o zonal Guriú abarcou a localidade de Mangue Seco, no limite do município de Jijoca de Jericoacoara.

Pela documentação, pode-se constatar que a maioria das entidades participantes dos ENECOMs estavam situadas nos municípios de Camocim e

Barroquinha, por isso me refiro com mais frequência a esses dois municípios para situar a área de abrangência dos encontros. Ademais, ainda que no nome do coletivo informal e, depois, da federação viesse a especificação apenas de Camocim, os representantes das entidades de Barroquinha sempre participaram do coletivo, inclusive, filiando-se a FENECOM, e não criaram uma federação no seu município, embora houvesse uma tentativa em 26 de fevereiro de 2000.

Mesmo com essa divisão e realizados em diversos locais, os encontros de 1996 procuraram reunir os representantes de todas as entidades participantes do coletivo no mesmo espaço. Somente a partir de 1997, eles seriam, claramente, divididos em zonais e gerais. Àqueles passariam ao estudo e discussão de temáticas específicas à área de abrangência de cada zonal, embora estivessem abertos à participação de pessoas de outras localidades; os gerais, mobilizando todos os zonais, seriam realizados em Camocim de 3 a 4 vezes por ano, para avaliação dos encontros passados e planejamento dos novos. Com a criação da FENECOM, por ocasião desses encontros, também fariam a assembleia geral de seus delegados.

Nessa segunda forma de se organizar, a coordenação geral – que tinha a função de convocar e presidir as reuniões da coordenação geral, articular os zonais entre si, planejar, preparar e executar os trabalhos dos encontros, buscar assessoria externa quando necessário e escolher entre seus membros um secretário executivo e um tesoureiro – seria formada, além da assessoria externa, por uma secretaria executiva e uma tesouraria. Desse modo, o secretário era responsável por convocar e presidir as reuniões da coordenação geral, produzir os relatórios dessas reuniões e dos encontros, preparar e expedir as correspondências e administrar junto ao tesoureiro os recursos financeiros do coletivo. Este, por sua vez, também deveria buscar fontes de financiamento para as atividades do ENECOM e preparar a planilha de custos dos encontros. A articulação interna foi substituída pelas coordenações zonais (Linhares, 1996, p. 5-6), responsáveis por articular as atividades do ENECOM em sua área de abrangência, buscar a adesão de outras entidades e coordenar, juntamente com as associações vizinhas, o encontro sediado em seu zonal.

3. Considerações finais: mudanças e permanências

De 17 de dezembro de 1994 a 30 de novembro de 2002, tomando como referência os relatórios de atividades, livros de atas da FENECOM, folders, programação e ofícios, os trabalhadores discutiram, em cerca de 38 encontros gerais e 53 zonais, diversas temáticas, as quais eram escolhidas pelos participantes que sugeriam, ao final de cada encontro, o que seria trabalhado no seguinte, durante o planejamento anual ou conforme surgissem uma nova demanda. Entre elas estavam (Ferreira, 1999): o neoliberalismo e o movimento comunitário; associativismo *versus* individualismo; desafios das organizações comunitárias; previdência social e trabalhador rural; ética e política; educação política e movimento comunitário; reforma agrária; experiências de assentamento de reforma agrária; sindicalismo rural, vivenciar a vida comunitária como instrumento de luta; formas alternativas da agricultura familiar; libertação e cidadania; luta e união das associações comunitárias; políticas públicas e sociais; participação popular e administração pública; participação do turismo no desenvolvimento comunitário; proposta sindical sobre os novos direitos dos trabalhadores rurais e educação ambiental.

Muitos trabalhadores expressam nas entrevistas que tinham consciência de que com a união de diversas associações em torno dessas discussões e de necessidades comuns teriam mais força para reivindicar seus direitos. Porém, é preciso destacar que nem todos os participantes dos ENECOMs passaram por um processo de mudança de percepção na relação com o governo.

Ainda que não incluíssem em sua proposta um rompimento com o Estado, esses sujeitos exigiam outro de tipo de participação, a saber, aquela em que pudessem ter autonomia, serem agentes ativos na elaboração de projetos baseados em sua realidade social, cultural, econômica e geográfica, não meramente gerenciadores ou executores de projetos formatados em gabinetes dos órgãos públicos; em que discutissem e influíssem nas decisões do governo sobre as pautas dos programas direcionados a eles. Assim, expressava-se Benedito Genésio Ferreira no histórico sobre os 10 primeiros encontros: “A participação que pretende atingir no ENECOM ‘é aquela em que se usa o poder para aumentar o poder dos que estão na dependência para que ganhem autonomia’” (Silva, 1996, p.7)¹⁵

¹⁵ Essa mesma definição aparece também em: Ferreira 1996, p. 10.

Os objetivos comuns que os levariam a se reunir periodicamente do final de 1994 a 2002 eram, portanto, encontrar formas de participação efetiva nas políticas sociais do Estado; obter formação/conhecimento sobre os trâmites burocráticos para administrar uma associação comunitária, acerca dos direitos sociais, recém-estabelecidos na Constituição de 1988, tais como previdência rural, moradia, educação, saúde, trabalho; bem como discutir coletivamente temáticas pertinentes aos problemas vivenciados por eles e criar meios para solucionar questões relacionadas à posse da terra, aos meios de subsistência, entre outras. A heterogeneidade desses sujeitos envolvidos no processo de constituição do ENECOM, como coletivo informal que deu origem à FENECOM, e as demandas de algumas de suas associações será abordada em outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (coords.). **A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicação, 1991.

_____. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 63-82.

CEARÁ. Governo do Estado. Histórico da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www10.stds.ce.gov.br/intranet/index.php/institucional/historico>. Acesso em: 25 dez. 2019.

COORDENAÇÃO DO ZONAL BARROQUINHA. Pauta. 1º Encontro Geral e 1ª Assembleia Geral de Delegados, Barroquinha, 26 de fevereiro de 2000. In: UVA. NEDHIS. SPH. ENECOM. Pasta: Encontro Geral de Planejamento de 2000, Reuniões da Coordenação Geral de 2000, Zonais 2000, Relatório das atividades de 2000.

FERREIRA, Benedito Genésio; FONTELES, José Osmar. Relatório do 1º ENECOM, Camocim-CE, 17 de dezembro de 1994. In: UVA. NEDHIS. ENECOM. Caixa: Relatórios. Pasta: 1º ENECOM.

FERREIRA, Benedito Genésio. Relatórios de atividades do 3º ENECOM: Organização interna de entidades comunitárias, CSU, Camocim, 07 e 08 de abril de 1995. In: UVA. NEDHIS. SPH. ENECOM. Caixa: Relatórios: Pasta: 3º ENECOM.

_____. (Pró-reitor de Extensão da UVA). Ofício 308/95 ao Reitor da UVA, Sobral-CE, 14 de dezembro de 1995. In: UVA. NEDHIS. ENECOM. Caixa: Relatórios. Pasta: 7º ENECOM.

_____. Ofício 010/96 ao Reitor da UVA, Sobral-CE, 24 de janeiro de 1996. In: UVA. NEDHIS. ENECOM. Caixa: Relatórios. Pasta: 8º ENECOM.

_____. Ofício 98/96 ao Reitor da UVA, Sobral-CE, 14 de agosto de 1996. *In*: UVA. NEDHIS. ENECOM. Caixa: Relatórios. Pasta: 12º ENECOM.

_____. Histórico dos 10 primeiros ENECOMs, feito em 1996, p. 1. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. ENECOM. Caixa: Relatórios. Pasta: Registro de Atividades de 1996.

_____ (Secretário Executivo da FENECOM). Edital nº 01/99, de 22 de abril de 1999, de convocação da Assembleia Geral dos Delegados da FENECOM. *In*: UVA. NEDHIS. ENECOM. Caixa: Relatórios. Pasta: 25º ENECOM.

_____. Relatório das atividades desenvolvidas pela Federação de Entidades Comunitárias (FENECOM), com ênfase no exercício de 1999. *In*: UVA. NEDHIS. FENECOM. Caixa: Relatórios. Relatórios dos encontros gerais de 2000-2002 e dos encontros zonais. *In*: UVA. NEDHIS. ENECOM.

_____. Agenda de 2000. Anotações de 29 de janeiro de 2000. Arquivo pessoal de Benedito Genésio Ferreira. Água Fria, Coreaú-CE.

_____. Lagoa do Tabuleiro, zona rural do município de Coreaú, 03 e 04 set. 2016. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

_____. Coreaú-CE, 05 ago. 2018. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

LINHARES, Karla Manuela Farias; FERREIRA, Benedito Genésio. Relatório de atividades do 7º. ENECOM: Individualismo-corporativismo X movimentos comunitários. Centro Social Urbano (CSU), Camocim-CE, 16 e 17 de dezembro de 1995, p. 5. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. Caixa: Relatórios.

_____. Relatório de atividades do 8º ENECOM: Eleição da articulação interna, assessorias e coordenação e planejamento de 1996, CSU, Camocim, 03 de fevereiro de 1996, p. 5-6. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. ENECOM. Caixa: Relatórios: Pasta: 8º ENECOM.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____ (org.). **O canto as sereias**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “era Tasso”. 2008. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NASCIMENTO, Carlos Manuel. **Histórias e memórias dos serviços de alto-falantes de Camocim**. 2009. 63f. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas (CCH), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, 2009.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Cultura, trabalho e trabalhadores: novas racionalidades em curso. **Projeto História**, São Paulo, n. 48, dez. 2013, p. 6. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20702/15264>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; NASCIMENTO, Carlos Manuel do; PEREIRA, Francisco Rocha. **Sobre Camocim**: política, trabalho e cotidiano. Sobral: Edições UVA, 2013.

SILVA, Ricardina Oliveira Parente (Secretária Executiva do ENECOM). Relatório de atividades do 10º ENECOM: “Comunidade unida jamais será vencida”: participação, união e organização comunitária, realizado na Casa de Farinha de Flamengo do Rosário/Zonal Maceió, nos dias 4 e 5 de maio de 1996.

_____. **Associações comunitárias de Camocim**: o impacto dos Encontros de Entidades Comunitárias (ENECOM). 1998. 93 f. Monografia (Especialização

em Metodologia da Pesquisa Social) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 1998.

SILVA, Lúcia Maria Rocha da; SILVA, Maria Lúcia Rocha da. Relatório do 2º ENECOM: Planejamento estratégico, Camocim, 18 e 19 de março de 1995, p. 3. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. ENECOM. Caixa: Relatórios: Pasta: 2º ENECOM.

SILVA, Vera Lúcia. **Mobilização, educação e memória: o Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim-CE, 1962-1979.** 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

Disponível em: <
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16507/1/MobilizacaoEducacaoMemoria.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SOUZA, Simião Brandão de. Camocim-CE, 08 ago. 2019. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

VASCONCELOS, Manoel Zenóbio de. Sobral-CE, 03 ago. 2017. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Vera Lúcia Silva

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2013-2015). Possui graduação em História (2007-2011) e especialização em História do Ceará (2011-2013) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, educação, memória, cultura e história oral. Atualmente, trabalha como professora da EEMTI Dom José Tupinambá da Frota

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7023520399549602>